

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MARIA DAS DORES SIQUEIRA FREITAS ENSINO APRENDIZAGEM DE ALUNOS ORIUNDOS DA CIDADE PARA ZONA RURAL DE CASTANHAL - PARÁ.

Poça, Lidiane Cristina Silva da¹

1 Prefeitura Municipal de Castanhal - PA; Educação Básica- Zona Rural. e-mail: lidianuepa@yahoo.com.br.

1- Introdução

A partir da lei nº 9.394 Art. 28 de 1996, que trata as diretrizes e bases da educação nacional, a luta por uma educação do campo, pública e de qualidade, com garantia de acesso e permanência, foi incorporada à pauta de diferentes organizações e entidades, constituindo-se um amplo movimento pedagógico rural, reforçada pelo decreto nº 7.352 de 2010 da Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Desde então, segundo Silva & Araújo (2010), diversos Governos Estaduais e Municipais, com suas respectivas Secretarias, ONG's, pastorais, escolas de formação sindicais e organizações rurais vêm se esforçando na formulação de uma nova concepção pedagógica, ajustando a organização curricular e estrutural das escolas à realidade das populações rurais, comprometendo esta nova escola com a construção de um projeto de sustentabilidade para o Brasil rural. Em contrapartida, no estudo do ICNA (2014), com base nos microdados do Censo Escolar 2012 Inep/MEC. As escolas esquecidas pelo poder público, correspondem a 0,7% das escolas públicas rurais brasileiras. As Escolas selecionadas somam 508 unidades, localizadas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Roraima. O número de escolas públicas das zonas rurais existentes no Brasil, em 2012, é de 75.678 escolas, de acordo com a sinopse da Educação Básica do Inep.

O Brasil conta com um número considerável de escolas situadas nas comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas que acolhem diariamente um número considerável de alunos. Com o crescimento das cidades brasileiras de maneira horizontal houve uma aproximação com o campo recebendo alunos que vem de áreas urbanas para a zona rural, fazendo o sentido inverso ao habitual. Embora a educação do campo tenha nascido bem antes da educação nos centros urbanos, somente a pouco tempo é que nos demos conta de que ela precisa ser repensada e valorizada como espaço de transformação do sujeito.

A constituição de núcleos escolares para as populações camponesas nos perímetros urbanos, locais onde em geral estão concentrados os bolsões de pobreza das cidades, associada à organização de um sistema de transporte de estudantes da zona rural para esses núcleos, revela a ideia subjacente a essas políticas de que as crianças e adolescentes do campo possuem os mesmos interesses, motivações e necessidades daqueles que vivem nas áreas urbanas e que devem ser educados para uma futura vida na cidade. A necessidade de quebrar paradigmas, preconceitos e injustiças afim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas entre campo e cidade.

O senso comum, onde o campo é encarado como lugar de atraso, meio secundário e provisório, vem direcionando as políticas públicas de educação do Estado brasileiro, pensadas para suprir as demandas das cidades e das classes dominantes, geralmente instaladas nas áreas urbanas, essas políticas têm se baseado em conceitos pedagógicos que colocam a educação do campo prioritariamente a serviço do desenvolvimento urbano-industrial.

No paradigma da Educação do Campo, para o qual se pretende migrar, preconiza-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola.

No meio rural a escola precisa estar contextualizada e referenciada neste cenário heterogêneo e multicultural, no qual a ação educativa deve ser desenvolvida. Por esses fatores que a discussão sobre a educação do campo não pode tratar-se unicamente dela mesma, todavia deve ser inserida à discussão uma visão sistêmica do meio rural no cenário atual (SILVA & ARAÚJO, 2010).

Neste contexto buscou-se fazer uma abordagem sobre a identidade dos alunos do Campo e da zona urbana em um espaço rural, apresentando vivências diferentes das abordadas em seu meio. Como a escola desenvolve a identidade de indivíduos de realidade diferentes seja elas sociais e culturais.

2- Metodologia

O estudo de caso ocorreu no município de Castanhal Estado do Pará, localizado a latitude 07°20'53" sul e longitude 50°23'45" oeste, distante 68 quilômetros da capital estadual Belém. Castanhal é o quinto município mais populoso do Pará com uma população, conforme dados do último censo IBGE de 2010, de 173. 149 habitantes.

A principal atividade econômica de Castanhal gira entorno do comércio, onde tem grande contribuição no abastecimento de cidades vizinhas, através da venda de utensílios, alimentos, ferramentas e material de construção.

O foco da pesquisa deu-se na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria das Dores Siqueira Freitas, localizada na zona rural do município a 8 km do centro urbano, situada na Travessa José de Alencar, na região mais conhecida como Km 6, com as turmas de educação infantil ao 5º ano. A Escola Maria das Dores é anexa à Escola Sede Maria Perpétua Lisboa, esta última localizada no Km 9 na Agrovila do Calúcia.

Para o estudo, utilizando-se das ferramentas da observação direta, avaliação curricular, entrevista semiestruturada com alunos e professores da escola. Com objetivo de conhecer, discutir e esclarecer as dificuldades do trabalho pedagógico ofertado, identificando a contribuição do professor para a realidade cultural dos alunos moradores de zona rural e urbana. Procurou-se demonstrar se há relação dos conteúdos trabalhados nas escolas com a realidade destes alunos. Identificar o surgimento da escola rural na comunidade e os atuais desafios da escola, as quais recebem os alunos também da cidade, por estar próximo a periferia do município sede, antagônicos à Educação Rural.

3- Resultados e Discussões

A educação na cidade obteve um desempenho bom em 2015, os alunos das series iniciais da rede pública tiveram nota média de 4.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais houve uma queda, essa nota foi de 3.3. Em comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 24 de 144. Analisando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 94 de 144. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95.4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 74 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 4893 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2010). Segundo dados da secretaria de educação municipal a cidade de Castanhal conta hoje com 33 escolas do campo e 48 da zona urbana.

A escola objeto da pesquisa, dispõe de 5 professores, 4 serventes e 105 alunos no total, desses 65 moram na periferia da cidade e 40 no Campo. A escola atende as

demandas da comunidade rural e urbana por estar próximo a área periférica do município. Os alunos estudam nos turnos matutino e vespertino. O terreno onde a escola está construída é próprio, obtido através de doação por parte de um morador da comunidade desde o ano de 1992.

Atualmente a escola dispõem de um Projeto Político Pedagógico voltado ao Campo por estar situada na zona rural e receber anteriormente apenas crianças filhos de agricultores, contudo a escola dispõem de 61,9% dos alunos matriculados oriundos da periferia da cidade e somente 38,1% dos alunos do campo.

Diante das dificuldades observadas no contexto educacional, no qual há uma mudança da realidade, principalmente dos alunos oriundos da zona urbana, onde os mesmos começam a vivenciar uma realidade ou uma metodologia adaptadas aos alunos da zona rural. Surgindo assim os seguintes desafios para os profissionais que trabalham com essa realidade no dia a dia, dos quais se destacam: trabalhar a valorização do homem do Campo com crianças vindas de zona urbana; a dificuldade de acesso; espaço físico inadequado; currículo unificado; merenda escolar de baixa qualidade; transporte irregular; ausência de assessoria pedagógica; adaptação dos alunos; compromisso dos profissionais; propor uma boa articulação entre escola e comunidade; ânimo da equipe; ausência de espaço recreativo apropriado, projetos habitacionais próximo ao campo e uma gestão mais participativa.

A distância do centro urbano dificulta o acesso dos funcionário que em sua maioria vem da cidade e a localidade não dispõem de transporte público, obrigando os mesmos a deslocarem-se por meios alternativos. Hoje a instituição apresenta uma infraestrutura bastante precária por falta de manutenção e espaço adequado para receber os alunos. A escola conta com duas salas de aula, uma cozinha, quatro banheiros, sendo 3 para alunos e um para os funcionários, um espaço pedagógico e um pequeno espaço para refeitório. As salas de aula são quentes, possuem iluminação inadequada e mal ventiladas, nos quais o piso de cerâmica encontra-se soltos em sua maioria, onde não passam por reformas a tempos. Para suprir a grande demanda da zona urbana na escola e para que os alunos não se deslocassem para uma escola mais distante dos seus domicílios, o corpo docente e comunidade adotaram como estratégia utilizar o espaço destinado a reuniões e eventos dos moradores associados da comunidade, na qual estudam uma turma multiseriés, como também acontecem as culminâncias dos projetos da escola.

Apesar das dificuldades encontradas a equipe pedagógica procura enriquecer os trabalhos elaborados em sala de aula, com visitas técnicas em outras instituições, tanto nas áreas rurais como nas urbanas, para que os discentes tenham uma visão mais ampla da agregação do campo a cidade. Assim como também dinamiza estudos voltados aos atores sociais que fazem parte da comunidade onde estão inseridos.

Diante do disposto a proposta das aulas trabalhadas com os alunos dentro deste contexto, tem por objetivo desenvolver a habilidade deles em interagir com sua própria realidade por meio das mais diversas práticas didáticas, assim, para a sua formação como cidadãos habilitados em diferentes formas de letramento.

Mesmo considerando que a escola atualmente promove um espaço de contato intercultural muito amplo e tem suas portas abertas para aqueles que foram durante séculos excluídos, é necessário considerar as contradições do sistema educacional brasileiro quando analisamos o seu propósito fundamental de inclusão social e as diversas formas que os profissionais têm de colocar tal propósito em prática, já que muitos ainda acreditam na necessidade de uniformização, pois os indicadores de exclusão na escola assinalam que os sistemas de ensino conhecem pouco sobre as desigualdades e suas consequências sociais, não considerando, muitas vezes, as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos alunos e a necessária adequação do contexto escolar de forma que as desvantagens não se traduzam em uma baixa expectativa em relação ao seu processo

educacional e se revertam em políticas de superação das dificuldades (DUTRA e GRIBOSKI, 2006).

Devido a escola ser anexa a uma escola sede, existe apenas um coordenador, que divide seu tempo nas duas escolas, com uma carga horária maior na escola sede, o que dificulta o trabalho de acompanhamento com os docentes, no qual o ideal seria uma coordenação exclusiva, dando mais qualidade no trabalho do professor em sala de aula e consequentemente aumentando o desempenho dos alunos no processo da aprendizagem.

Como afirma Moreira (2005, p 26), na pós modernidade, o relativismo científico retira o fundamento do sentido de realidade da Ciência e da Razão, desmistificando, tornando os fundamentos que apoiam essa realidade sujeitos a dúvida. Com os projetos do governo federal e construções de habitações populares alguns deles próximo ao campo e sem planejamento dos espaços para as necessidades da população como construções de escolas, postos de saúde, segurança pública, transporte público entre outros serviços essenciais para condições humana contribuíram para o ingresso desses alunos na escola, onde o espaço físico é limitado. A escola do Campo hoje recebe crianças da zona urbana de acordo com a lei do ECA 8.069 (1990, Art. 53, V), que estabelece que as crianças terão direito de estudar em escola mais próximo de casa. Com essa realidade da escola o professor busca metodologia de valorização das identidades distintas com práticas que vise atender e formar cidadãos dentro das diversas possibilidades de nossa sociedade.

4- Conclusão

Os avanços com a legislação da educação do campo representa, sem sombra de dúvidas, uma conquista relevante, porém, enquanto isso não se materializar efetivamente em políticas de ações concretas desenvolvidas nos municípios de todo país, tais medidas não passarão de um mero aglomerado de palavras, presente na legislação da educação brasileira. Os inchaços populacionais das zonas urbanas trazem consigo projetos de assentamentos, nos quais não se pensam ou não são efetivados novas estruturas básicas como escolas, postos de saúde e transporte público próximos as escolas do campo já existente, fazendo com que se crie novas demandas as escolas da zona rural, já com pouca estrutura. Desafiando os profissionais da educação a adaptarem o Plano Político Pedagógico pensado para campo, para facilitar a aprendizagem desses novos alunos oriundos da zona urbana. Neste sentido a escola do campo precisa de um currículo flexível aos discentes que vem da cidade e acabando com o conceito de um campo atrasado.

As ferramentas metodológicas apontaram os desmazelos nas ações públicas que se remetem a educação do campo. Diante desse fato achou-se necessário ressaltar que a educação do campo demanda de uma política pública ainda muito falha, de pouco incentivo e investimento. Quando se fala de direitos, fala de todos os alunos terem educação de qualidade, a criança do campo tem direito básico como outra qualquer de origem urbana. A escola necessita proporcionar ao aluno, ao professor e a todo o pessoal de apoio condições de conforto e qualidade para o desenvolvimento de suas atividades funcionais para que possa desempenhar um trabalho com mais motivação e excelência.

5- Referências

BRASIL, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 28. I a III. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Data de acesso: 11 de setembro de 2018.

_____, **Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Data de acesso: 11 de setembro de 2018.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, Art. 53, V**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf>. Data de acesso: 12 de setembro de 2018.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais (PCNs): introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997.

DUTRA, C. P. e GRIBOSKI, C. M. **Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. Ensaios pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 17-24.

IBGE, Cidades- Castanhal PA, Censo 2010. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/castanhal/panorama>>. Data de acesso: 11 de setembro de 2018.

ICNA, **Escolas Esquecidas - Escolas rurais brasileiras sem infraestrutura mínima adequada**, Edição 2014. Disponível em: <http://icna.org.br/sites/default/files/artigo/escolas_esquecidas_edicao2014.pdf>. Data de acesso: 12 de setembro 2018.

MOREIRA, R. J. **Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação**. In MOREIRA, R. J. Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-40.

SILVA, L. S. da; ARAÚJO, T. dos S. **Educação do campo: Um estudo de caso da comunidade do Cupuaçu no município de Barcarena-PA**. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade do Estado do Pará Belém, CDD: 20 ed.370.19346, 2010.